

## CITYADOS NO URBANO: A TRIALÉTICA DAS FRONTEIRAS (IN) VISÍVEIS AOS CORPOS NEGROS-PERIFÉRICOS

Ana Carolina Paula Basílio  
Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba  
Email: [basilioacp@gmail.com](mailto:basilioacp@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo propõe-se a discutir o direito à cidade à luz de reflexões acerca dos Fluxos (bailes funk), realizados por jovens nas periferias paulistanas e o Programa Ruas Abertas, materializado na abertura da Avenida Paulista aos finais de semana. Desenvolve-se um esquema dialético do direito à cidade, a saber: conquista do direito – negação direcionada – estratégia à negação. A partir dessas três dimensões, busca-se pensar as desigualdades e abismos marcas da produção do espaço urbano da cidade de São Paulo, a fim de responder ao problema: o direito à cidade tem cor e classe?

**Palavras-chave:** Paulista Aberta. Fluxos. Direito à cidade.

GT – 11: Os lazeres na (re) produção do urbano

### 1. INTRODUÇÃO

*Tá vendo aquele edifício, moço? Ajudei a levantar. Foi um tempo de aflição. Eram quatro condução. Duas pra ir, duas pra voltar. Hoje depois dele pronto. Olho pra cima e fico tonto. Mas mevem um cidadão. E me diz, desconfiado. Tu tá aí admirado. Ou tá querendoroubar?*

(Lúcio Barbosa)

*Periferianos, distante estamos. Eles querem manos, minas, longe do plano.*

(Rincon Sapiência)

De antemão faz-se importante elucidarmos, primeiro, o título que dá nome a essa reflexão e, segundo, as epígrafes que a põe em movimento. Pensamos ser profícuo decompor seus termos, a fim de aclarar seu sentido na totalidade: “cityados”, urbano, dialética, fronteiras (in) visíveis, corpos negros-periféricos; do que tratam todas essas noções?

O primeiro termo é uma brincadeira, não como o poeta brasileiro José Paulo Paes propõe: *um fazer poesia*, mas, uma invenção. Submersos em bibliografias sobre o urbano, a segregação socioespacial, o racismo, a cultura, o Estado, o privado, o direito à cidade e o espaço, deparamo-nos, dentre outros trabalhos, com os de Raquel Rolnik (1988; 2000; 2002; 2004).

Rolnik (2004, p. 3) pontua que São Paulo é uma cidade multifacetada, “é cidade partida entre incluídos e excluídos, conectados e soltos, marcada em sua própria estrutura básica de funcionamento pela apartação sócio-territorial”. Dentre tantas feições, carrega a de “cidade fractal”, que é a expressão da anticidade, ou seja, da negação da pluralidade, da heterogeneidade. Essa cidade complexa, partida, conflituosa, há muito vem sendo sujeito de discussões por parte das mais diversas áreas do conhecimento, bem como das esferas da política, arte, mercado, etc.

Não se tratando de menosprezar as contribuições dos que se propuseram pensar a cidade e seus desdobramentos é, contudo, no pensamento do metafilósofo Henri Lefebvre que a discussão se adensa, ganha corpo, elucida-se e, evidentemente, se referindo a um pensamento sobre a “realidade social como totalidade” (DAMIANI; SEABRA, 1999, p. 155), evoca obscurecimentos, complexidades, questões por responder.

Em suas análises encontramos a crítica ao parcelamento: do saber, da cidade, do sujeito e, a tentativa de ir além dessa fragmentação. Pode-se dizer, então, que optar por pensar a cidade na perspectiva lefebvriana é pensá-la, também, na perspectiva urbanística, política, econômica, geográfica, histórica, arquitetônica, poética, sem abdicar da criticidade acerca da noção de cidade e, tampouco forjar uma pseudo-interdisciplinaridade.

Retomemos a palavra-inventada “cityados”. Essa faz alusão, de um lado, à cidade (no inglês *city*) e, de outro, ao verbo *sitiar*, o mesmo que cercar, assediar e que, também, diz respeito à um tipo de estratégia militar, comumente utilizada nas cidades: cercar manifestantes, cercar jovens, cercar trabalhadores. O verbo não se limita à sonoridade, mas suscita sua essência contraditória: se a cidade é o lugar do encontro dos diferentes, do habitar (LEFEBVRE, 2001; 2013), como pode ser atravessada pela violência? Por exclusões? Se *city* pode ser sítio? Se sítio deixa de ser *city*? Torna-se o que? Urbano? Anticidade? Produto? Devir?

Ante esses questionamentos, pensamos que o caminho não é raciocinar em termos do que, outrora, se denominou cidade, mas de pensar o urbano, enquanto parte de processos históricos (industrialização-urbanização) e realidade-virtualidade de nosso tempo (LEFEBVRE, 2013). Entende-se por espaço urbano aquele:

[...] de lo imprevisible, de desequilibrios, donde las “normalidades” se desarmen y rearmen a cada momento. Si bien es también espacio de encuentro, de lo lúdico y de la belleza. La utopía concreta en el espacio urbano es, por tanto, accidentada y contradictoria. Es allí donde se movilizan las diferencias y donde nada puede darse por sentado porque hablamos de actores y actos reales (y/o posibles) y no de estados mentales” (LOREA, 2013, p. 27).

No urbano as fronteiras visíveis (portões, grades, muros) e invisíveis (preconceito, não-reconhecimento, códigos, comportamentos) avolumam relevância. É importante ponderar que as fronteiras se fazem tênues, fluidas, dissimuladas. Isso porque a apropriação do espaço pela pobreza (BURGOS, 2009), pelos diferentes, não se dá em limites rígidos, sob o binômio centro-periferia como se conhecia até a década de 1970. Como nos fala Lefebvre (2013, p. 153):

Las fronteras han desaparecido entre la ciudad y el campo, entre la periferia y el centro, entre los arrabales y los núcleos urbanos, entre el dominio de los automóviles y el de las personas. Podríamos decir que la frontera entre la felicidad y la desgracia también ha sido suprimida. Y no obstante, todo está separado, proyectado aisladamente sobre “lotes” e “islotes” disociados: los “equipamientos”, los edificios, el hábitat... Todos los espacios, como los trabajos en el proceso de división social y técnica del trabajo, están especializados.

Destarte, a ideia de estar cercado no urbano ganha sentido interessante. Podemos inferir que o espaço urbano nos assedia? Nos cerca? Sim e não. Prática ou simbolicamente, notemos ou não, cause vertigem ou apatia o urbano tem o potencial de nos sitiar, nos sufocar. Contudo, limitarmo-nos a atribuir a essa “entidade” tal poder é isentar quem efetiva o ato. Não é o urbano em si que nos sitia, mas quem o produz, quem se (re) produz nele, quem o faz e o desfaz, quem o usa/consome e por ele é usado/consumido: os sujeitos, seus representantes, o mercado, a mídia, todos em sua corporeidade e prática coletiva, em acordo e desacordo.

Compartilhamos da posição crítica de Lefebvre (2013) às análises a respeito do espaço postuladas em abstrações, em esvaziamentos – espaço sem conteúdo. A Geografia – mas não só ela, por vezes, negligencia os sujeitos em sua concretude. Fala-se de deslocamentos espaciais: (i) migrações, movimentos pendulares; de trabalho: formal, informal, servil; de conflitos: urbanos, rurais, de classes. Mas de quem se fala? Quem vai-e-vem no espaço? Quem compõem as classes conflitantes? Quem o sente e se ressentido?

Isto posto, clarifiquemos, não o conceito de corpos negros-periféricos, mas sua importância à discussão. Optar por inserir a dimensão racial para discutir a produção do espaço parte de duas considerações: primeiro, o entendimento de que o Brasil é majoritariamente negro e estruturalmente racista. Basta imergir na história do nosso país, ou caminhar pelas ruas privilegiadas ou escorraçadas, para perceber que ao negro fora relegado a margem, a exclusão, a inclusão degradada, o extermínio sistemático – e isto também em São Paulo, com requintes de

delírios da classe média e da elite, alicerçadas pelo Estado, pela grande mídia e o mercado.

A segunda, de caráter pessoal, se sustenta na experiência de quem escreve, enquanto sujeito preto, periférico, paulistano e que carrega consigo a percepção de que a ciência não deve ser neutra e que entre o sujeito *que* pesquisa e o sujeito *da* pesquisa não se estabelecem abismos intransponíveis.

As epígrafes cravadas no início dessa escrita trazem vestígios do que atravessará nossa discussão. A primeira retirada da música “Cidadão”, evoca a exclusão do trabalhador-migrante da arquitetura que construiu; a segunda, “Transporte Público”, suscita discussão sobre a mobilidade urbana e faz um alerta aos periféricos: *eles nos querem longe dos planos!* Quais planos? Urbanísticos, culturais, estatais, cidadãos, educacionais, afetivos, efetivos.

Diante dos elementos que se colocam dialeticamente, a saber: a relação da cidade e o urbano, da edificação e o corpo, da exclusão e a inclusão, do direito e a negação do direito, da mobilidade urbana e o acesso à cultura é que se elaborou esse artigo. Tendo por espinha dorsal as obras de Lefebvre, discutiremos o uso da Avenida Paulista (programa Ruas Abertas) e da rua nas periferias pelos Fluxos (bailes funk), sob o âmbito do direito à cidade.

Salientamos que não se pretende esgotar as discussões levantadas por Lefebvre, tampouco transpô-las sem ressalvas à realidade brasileira, menos ainda forçar uma explicação geral para uma cidade da magnitude de São Paulo, mas orientar-se nas análises lefebvrianas e provocar debates outros.

Selecionamos como área de estudo as Subprefeitura de Guaianases e da Sé por seus profundos contrastes e por serem lócus, respectivamente, dos Fluxos e do programa Ruas Abertas. Analisamos o mapa base de cada Subprefeitura identificando a distribuição de aparatos culturais, de lazer, áreas verdes e opções de mobilidade. A partir daí, tal qual dos relatos dos jovens selecionados, tecemos reflexões sobre o direito à cidade nesses fragmentos da cidade.

Entendendo que o fazer teórico-reflexivo parte de escolhas metodológicas, mas também emocionais, priorizou-se relatos dos excluídos da cidade, em detrimento doutros discursos. Desse modo, objetivando trabalho que priorizasse aspectos mais qualitativos e, tratando-se de reflexões embrionárias sobre o tema, optamos pela entrevista individual de onze jovens negros, entre 20 e 30 anos, dos quais seis (três homens e três mulheres) são moradores de Guaianases, extremo Leste II da capital paulista e, cinco (duas mulheres e três homens), de outras periferias paulistanas, que estão cursando ou que cursaram ensino superior.

Através de questões semiestruturadas que giraram em torno de pontos-chave sobre temas

como transporte público, conforto/desconforto em espaços extra-bairro, preferência de programas de lazer etc., se objetivou apreender a percepção desses sujeitos sobre cidade de São Paulo e o acesso a seus espaços de cultura.

Assim, intenta-se discutir o direito à cidade na perspectiva do acesso à cultura, associado ao lazer, pelo crive racial. Formulamos, então, uma base dialética do direito à cidade: conquista do direito – negação direcionada – estratégia à negação; objetivando com essa abordagem responder ao problema: o direito à cidade tem cor e classe?

Para respondermos a tal interpelação nortear-nos-emos pelos seguintes pontos: a) apropriação da cidade pelos estratos sociais e étnicos – na Paulista Aberta e nos Fluxos; b) seletividade das políticas de Estado – sua ausência e presença (LEFEBVRE, 1983) nos distintos espaços; c) adensamento e escassez de espaços culturais, nos recortes espaciais correspondentes às Subprefeituras da Sé e de Guaianases; d) mobilidade urbana (atrelada à infraestrutura urbana) como intercessor do acesso aos espaços de cultura e produtor de segregações; e) estratégias dos corpos negros periféricos diante as contradições do/no urbano.

Assim, tendo em mente a colocação de Lefebvre (2013, p. 270): “El conocimiento cae en una trampa cuando parte de las representaciones del espacio para estudiar la ‘vida’ reduciendo lo vivido”. Parte-se da experiência dos sujeitos concretos, para apreender e discutir os limites-potencialidades dessas duas maneiras de usar o espaço público pelo viés cultural.

#### *Crônica dramática da vida*

*Chego à Rodoviária com minha mãe. Mulher preta, analfabeta, ontem diarista, hoje desempregada e não aposentada, no auge dos seus 60.*

*- Sabe que eu sempre quis comer aquilo ali, mas é tão caro.*

*Diz apontando o quiosque. Sigo seu dedo: Milk Shake Crocante R\$8,50.*

*Respondo um pouco chocada:*

*- Mas são R\$8,50!*

*- Com esse dinheiro eu comprou para semana inteira.*

*Outro dia a convidei para o cinema, ela me responde enfática, quase constrangida:*

*- Eu não tenho roupa para isso!*

*Arrisquei um parque, ela resistente, mãos calejadas na pilha de louça suja:*

*- Não tenho tempo pra isso, só de pensar em pegar esse trem e depois ônibus, já faço isso a semana inteira. E pra comer? Até pra ir na esquina é um gasto!*

(Autora, 2018)

## 2. ESPIGÃO QUASE-ABERTO E FLUXOS INTERROMPIDOS: O (NÃO) DIREITO À CIDADE NOS OPOSTOS DE SÃO PAULO

Desde a infância se ouve falar de cultura: Funk não é cultura? Teatro é cultura? Fulano não tem cultura? Enfim, os debates se estendem das cátedras universitárias às calçadas de boteco. A nível da vida cotidiana, comumente a cultura é partida em valorações: a boa cultura é vinculada à erudição, ao *status* social, ao belo; a péssima cultura, à degradação, ao mal gosto, à pobreza.

É evidente que nesse campo há uma infinidade de possibilidades e percepções. Mas não podendo perder de vista as condições nas quais se erige a sociedade moderna, sob o fundamento da desigualdade, presenciamos a hierarquização da (s) cultura (s), bem como sua transformação em mercadoria. Tal hierarquização não é recente, muito antes do capitalismo irromper como o (re)conhecemos, atrelada a um cientificismo eugênico, se justificou violências e estigmas pelo prisma cultural. As incursões nas Américas, Ásia e África, por exemplo, são provas históricas desse processo. Mas, afinal, o que é cultura?

Foge do escopo dessa reflexão tal discussão, mas para fins de sua realização levantamos alguns pressupostos: 1) o sobrepujo do valor de troca sobre o valor de uso atinge, também, a esfera cultural, mediante o estabelecimento de uma Indústria Cultural numa sociedade de consumo (ADORNO, 2002); 2) o que é associado à cultura negra é inferiorizado pela classe dominante ou apropriada e “embranquecida”; 3) se toma por cultura as expressões que fazem parte da esfera da música, dança, artes plásticas, literatura e que, se materializam no espaço urbano, seja em edificações institucionalizadas: museus, teatros, conservatórios, etc., seja no espaços “sem” muros, noutras palavras, no espaço público: ruas, parques, avenidas, etc.; 4) o acesso ou não a esses espaços estabelece distinções sociais e age na autoestima dos sujeitos.

Salientamos que não distinguiremos cultura e lazer, pois compartilhamos da concepção de que este último fora “reduzido ao consumo de mercadorias de prazer, mercadorias culturais, mercadoria turísticas” (ROLNIK, 2000, p. 2), logo, se associam à esfera da cultura, aqui concebida como produtos culturais. Toma-se por produto cultural as expressões diretamente produzidas pela Indústria Cultural ou incluídas no circuito cultural e turístico enquanto mercadorias.

Citemos dois exemplos de produtos culturais, correspondente a essas dimensões, respectivamente: a música pop, consumida nos serviços de *streaming* e, as obras de Van Gogh, expostas no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), para serem apreciadas, evidente, mas também consumidas, através do pagamento de ingresso – e indiretamente de

transporte público ou transporte privado. Ambas atribuem *status* a quem as consome e publiciza nas redes.

Quer dizer que toda expressão artístico-cultural é produto? Não necessariamente. Assim como há mediações entre a cidade como obra e como produto (LEFEBVRE, 2001; 2013), há na cultura (tangível) tencionamentos entre o valor de uso e o valor de troca. A cultura é produzida ora como mercadoria, ora como obra, sendo simultaneamente os dois, em essência, latência ou potência. Como pondera Lefebvre (2013, p. 113): a “distinción entre obra y producto [...] sólo tiene un alcance relativo”. Desse modo, a pergunta que nos cabe desvelar é: quais linhas costuram a cultura ao urbano?

Partamos da inferência de que a cultura se materializa no espaço, bem como seus simbolismos e ideologias. Se diferencia, se hierarquiza, se mutila, se (re)inventa. Logo, não é espantoso que os sujeitos a repensem. Porém, mais do que que repensá-la há quem a conceba: como superior-inferior, rica-pobre, culta-bárbara, obra-produto e, no espaço urbano, isso se expressa e é marcada por sua acessibilidade ou inacessibilidade pelas diversos grupos.

Há que se colocar essas duas noções, cultura e espaço urbano, sob à luz da tríade lefebvriana: concebido, percebido, vivido. Primeiramente, esclareçamos a tríade conceitual supracitada. Segundo Schmid (2012, p. 111) a produção do espaço proposta por Lefebvre pode ser fragmentada em três dimensões, relacionadas dialeticamente: “‘prática espacial’, ‘representações do espaço’ e ‘espaços de representação’”, estas correspondendo, respectivamente ao espaço vivido, concebido e percebido.

El primero debe entenderse como el espacio de la experiencia material, que vincula realidad cotidiana (uso del tiempo) y realidad urbana (redes e flujos de personas, mercancías o dinero que se asientan en – y transitan – el espacio), englobando tanto la producción como la reproducción social. El segundo es el espacio de los expertos, los científicos, los planificadores. El espacio de los signos, de los códigos de ordenación, fragmentación y restricción. El tercero, finalmente, es el espacio de la imaginación y de lo simbólico dentro de una existencia material. Es el espacio de usuarios y habitantes, donde se profundiza en la búsqueda de nuevas posibilidades de la realidad espacial (LOREA, 2013, p. 15-16).

Atentemos ao espaço concebido. A esse cabe a tendência de reproduzir as forças hegemônicas – não sem a presença de seus contrários, sendo assim, a cultura concebida que se materializa no espaço, sobretudo, nas edificações institucionalizadas tende a reproduzir a segregação, os discursos hegemônicos, as exclusões, o *status quo*. Não nos admira, daí, que nem todas as pessoas se sintam confortáveis dentro do Theatro Municipal de São Paulo, que se pergunte onde estão os negros nas artes, ou que se passe 71 anos até o MASP realizar uma grande

exposição negra<sup>1</sup>. Cabe, então, a pergunta: como a cultura percebe os sujeitos e como esses a percebem?

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elaborou o documento “Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)”, que versa sobre a percepção dos brasileiros sobre quatro elementos vinculados ao acesso à cultura nas grandes cidades: a) percepção social sobre a organização urbana para a prática cultural; b) disposições culturais para o uso do tempo; c) percepções a respeito da oferta cultural; d) frequência de práticas culturais (BARBOSA; ARAÚJO, CODES, 2010, p. 4).

O estudo demonstra que a maioria da população entende ser mal situado os lugares públicos em relação ao seu local de residência (40,8%); pelo recorte da classe social a percepção sobre a localização é positiva conforme aumenta a renda; em relação aos “obstáculos ao acesso à oferta cultural” (Ibidem, p. 9), a maioria (71%) concorda que os preços altos são empecilhos, bem como “a barreira social imposta pelo perfil do público que frequenta espaços culturais (56%)” (Ibidem) e os horários dos eventos (51,8%).

Outro dado interessante diz respeito à instrução: quanto maior o nível de escolaridade, menos se assiste televisão e mais se frequenta teatros, apresentações de dança, shows, museus e centros culturais. Essa relação escolarização-renda-cultura é identificada nas falas dos sujeitos com os quais dialogamos. Notou-se que os jovens moradores de Guaianases fazem mais alusão aos parques e praças, seguido dos shoppings, em detrimento de outros espaços. Já os jovens universitários afirmam frequentar espaços extra-parques – mesmo que também os citem.

Pensamos que isto se deva a dois fatores: a escassez, sucateamento ou inexistência de outros espaços na periferia e a diferença de informação entre quem acessa à universidade e de quem dela é excluído. Isto é ainda mais reforçado quando os sujeitos relatam sua origem familiar: filhos de famílias matriarcais, com pouca ou nenhuma instrução, de diaristas, pedreiros, trabalhadores-migrantes, sobretudo, do Norte e Nordeste do país, o relato do não acesso por parte dos seus progenitores a espaços culturais e de lazer é traço comum. A lógica da escolarização-renda-cultura se reafirma e a exclusão de quem pega “quatro condução” para construir e limpar São Paulo ecoa no tempo-espaço. T. S., moradora do Grajaú endossa a crônica dramática da vida: *ou a gente come ou se diverte.*

A respeito dos outros indicadores, a saber: distância entre residência e lugares públicos;

---

<sup>1</sup> Referimo-nos à Exposição Histórias Afro-Atlânticas.



preconceito como obstáculo ao acesso à cultura e, questão monetária, as falas dos jovens de Guaianases avalizam os dados:

*Tenho que me locomover pra outros lugares distante para ter um pouco de lazer. Mas é difícil porque o dinheiro não dá. (G. S.)*

*O Ibirá (Parque Ibirapuera) é longe pra caramba. 2 ônibus, 1 trem e 1 metrô. Longe, paga passagem. Em caso de baladinha pro centro é caro. Acho que na maioria das vezes (não saio) porque é longe mesmo. Gasta mais passagem. (P. G.)*

*A roupa que eu vou no Tatuapé não é a mesma que vou na Paulista (...) vou mais arrumada na Paulista porque as pessoas lá andam assim, mais nariz em pé. O padrão lá é diferente do daqui né. Pode até ir normal mas as pessoas te olham meio torto, sei lá. (P. G.)*

*Algumas pessoas da zona leste consegue (se sentir bem), talvez por "Gourmetizar" seu estilo pra caber naquele meio. Muito difícil se sentir totalmente confortável, estava com alguns amigos e isso ajudou, se estivesse sozinho seria extremamente desconfortável, há um certo padrão que frequenta o lugar, mesmo com a certeza de que você não será taxado você consegue notar a diferença social. (F. F.)*

*Então eles nem olham né? As pessoas... A maioria nem olha (...) As vezes que eu fui eu me senti pobre sei lá, pelo ambiente, as pessoas também, como elas se vestem e tudo é diferente, sabe? Quando vai alguém, tipo, de outros lugares lá, acho que eles até sabem (...) acho que é pela forma de se vestir e tudo (G. S.)*

*Já passei por situações que mesmo sem me conhecer a pessoa já sabia que eu morava na ZL (...) acho que era a roupa. (T. C.)*

*Senti como se aquele espaço fosse destinado apenas para quem mora nas redondezas. (L. A.)*

Mesmo nos relatos dos jovens universitários, a percepção é a mesma, contudo, há o acréscimo de uma resistência e afronta, curiosamente por parte dos alunos já formados: *nem sempre é fácil, os olhares em museus nos deixa acuados, mas nem eles me impedem de estar e brigar por tais espaços (B. S., morador de Francisco Morato); [me sinto] o diferente, mas isso nunca me incomodou não. Uso até de combustível (A. L., morador do Morro Doce).*

Outro elemento interessante é o entendimento, entre jovens no início e meio da graduação, de que não é para eles esses espaços, porém, acompanhado de uma potência transformadora: *prefiro ficar na minha zona de conforto, tanto quando estou em São Paulo tenho a sensação de não ter lugares para me divertir, sendo uma coisa meio sem sentido, para uma cidade dessa dimensão (F. S., morador do Capão Redondo), frequento lugares que eu me identifico (L. P., moradora do Parque Paulistano).* Tem-se, em todos os casos, a percepção das disparidades e estratégias do

vivido diante às conjunturas concebidas.

A análise dos Mapas<sup>2</sup> Base da Prefeitura Regional de Guaianases e da Sé – da qual faz parte a Avenida Paulista, tal qual as falas coletadas, possibilitou percebermos o abismo na oferta de espaços de cultura, áreas verdes e opções de transporte público entre as regiões.

*Há praças, ou melhor, tentativas de praça. (L. P., moradora do Parque Paulistano)*

*Não, não existe nada além de algumas pracinhas. (F. S., morador do Capão Redondo)*

*(Espaços) estão em estado de calamidade, mato sem cortar, brinquedos quebrados, a biblioteca com goteiras, etc. A grande parte dos moradores não utilizam por estar na situação que estão (C. S., moradora de Guaianases).*

*Dependendo do horário é lotado sim (os trens), mas eles não saem tão rápidos (G.S., morador de Guaianases)*

*A maioria das frotas desses transportes (trem e metrô) no fim de semana é reduzida devido a isso a espera por esses transportes é maior, isso sem contar que ônibus, por exemplo, tem o trajeto reduzido no fim de semana exemplo Jd. São Paulo de segunda à sexta circula do Jd. São Paulo até o Terminal Dom Pedro e no domingo só vai até Patriarca (T. C., moradora de Guaianases)*

*Sempre está cheio e apertado (C. S., moradora de Guaianases)*

Fica evidente as desigualdades socioespaciais e raciais, frequentemente relatada pelos grupos e reforçada por documentos vinculadas à Prefeitura de São Paulo<sup>3</sup>, bem como nos trabalhos acadêmicos, jornais e em sites de empresas privadas voltadas à programação cultural, como o Serviço Social do Comércio (Sesc). Esse arcabouço possibilita o entendimento da produção desigual de espaços culturais entre o cartão postal de São Paulo e a São Paulo encarnada.

Uma busca nesses sites revelou que não há nenhum parque vinculado à Subprefeitura de Guaianases e os mais próximos são os parques Ciência e Linear Consciência Negra (Cidade Tiradentes), Ecológico Central do Itaim (Itaim Paulista) e o Parque do Carmo (Itaquera). O mesmo não acontece na Subprefeitura Sé, que conta, por exemplo, com os parques Jardim da Luz (Bom

<sup>2</sup> Os mapas das Subprefeituras de Guaianases e Sé, assim como das demais Subprefeituras podem ser acessados no site da Prefeitura de São Paulo.

Link: [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados\\_estatisticos/info\\_cidade/regionais/mapas/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/regionais/mapas/)

<sup>3</sup> PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Parques – Região Leste**. Verde e Meio Ambiente, São Paulo, 04 out. 2010. Disponível em: [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/parques/regiao\\_leste/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_leste/) Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Parques – Região Centro-Sul**. Verde e Meio Ambiente, São Paulo, 08 jul. 2010. Disponível em: [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/parques/regiao\\_centrooeste/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_centrooeste/) Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relação de equipamentos em ordem alfabética**. Cultura, São Paulo, 01 jan. 2004. Disponível em: [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/servicos/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/servicos/) Acesso em: 20 dez. 2018.

Retiro), Prefeito Mário Covas (Bela Vista) e o Trianon (Cerqueira César). No que tange ao Sesc (espaço citado pelos entrevistados), há na Grande São Paulo 22 unidades, nenhuma em Guaianases, sendo as mais próximas em Itaquera e Brás. Já a população residente nos limites da Subprefeitura da Sé tem 8 opções.

Segundo a sessão de Cultura da Prefeitura de São Paulo, estão sob poder de Guaianases as bibliotecas Cora Coralina e a Jamil Almansur Haddad, uma Casa de Cultura e o Bosque de Leitura Parque Lajeado. Já na Subprefeitura da Sé, para além do MASP (Avenida Paulista), há o Arquivo Histórico Municipal, Biblioteca Mario de Andrade, Centro Cultural Olido, Balé da Cidade de São Paulo, fora edificações históricas como o Edifício Itália e o Pateo do Collegio, só para citar alguns.

Ainda sobre o SIPS, o documento também revelou índices de insatisfação com a qualidade do transporte e a facilidade do deslocamento, bem como a diferença de tratamento dado às estratificações de etnia, classe, cor, deficiência e gênero. Demonstrando que apesar da Política Nacional de Mobilidade Urbana<sup>4</sup> no seu artigo 2º estabelecer a universalidade no acesso a cidade e no Art. 5º discorrer sobre princípios de equidade no acesso ao transporte e equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros, endossado pela Constituição<sup>5</sup>, que no Art. 215 dispõe sobre a garantia de acesso às fontes da cultura, ao pleno exercício de direitos culturais e ao incentivo a valorização das manifestações culturais, há um claro descompasso entre o discurso e o cotidiano dos paulistanos, sobretudo, dos mais pobres e dos negros.

É que na prática, mesmo ideologicamente, a materialização da infraestrutura voltada à mobilidade urbana, esteve e ainda está, atrelada às necessidades do mercado e não do sujeito-cidadão, este posto estritamente na condição de sujeito-trabalhador. Estamos diante então da transmutação da obra à produto (LEFEBVRE, 2001; 2013) e do direito à cidade em privilégio à cidade. A cidade não foi feita para todos! E isso tem razão de ser.

A ausência-presença do Estado é um projeto, que envolve discursos de privatização, de privação, de violência, enfim, de reprodução dos discursos hegemônicos e de representações do

---

<sup>4</sup> BRASIL. Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 03 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, jan. 2012.

<sup>5</sup> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

espaço. É importante pontuarmos essa relação entre mobilidade urbana e acesso à cultura, pois a partir desse viés encontramos subsídios para pensar, também, a “reprodução do espaço urbano sob a lógica da produção capitalista (BURGOS, 2015, p. 107), bem como os “conflitos urbanos [que] se revelam” no espaço público (Ibidem)

Na produção do espaço se encontra o adensamento, a escassez ou o sucateamento de espaços de cultura, de educação, de “ócio” em parcelas distintas da cidade. A nível das instituições, onde a vida ocorre, nível intermediário do urbano (LEFEBVRE, 2008), desdobram-se leis que contemplam as demandas da população e outras que as calam – ou que ao menos tentam<sup>6</sup>. É diante esse quadro de contraditoriedade do urbano e do próprio papel do Estado legitimador de disparidades e violências, que se insere a discussão sobre os Fluxos e a Paulista Aberta.

Desde 2014, coletivos e Organizações Não-Governamentais, destaque para Minha Sampa e SampaPé!, se articulam para ressignificar o uso do espaço público do centro paulistano e discutir a mobilidade na cidade. Fruto dessa mobilização foi a “conquista” da Paulista Aberta, parte do Programa Ruas Abertas<sup>7</sup>, decretado em 2016, pelo então Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad.

No site dos coletivos encontramos frases de efeito como “por uma São Paulo mais democrática, inclusiva e sustentável” e “melhorar a experiência do caminhar nas cidades com as pessoas”. Mas o que nos chamou atenção foi o relato da administradora Letícia Sabino, fundadora do SampaPé! e rosto branco do movimento. Segundo a idealizadora, com base nos dados da “Pesquisa de Mobilidade 2012: Região Metropolitana de São Paulo”, realizada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e a Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, o meio de transporte mais usado em São Paulo é o caminhar<sup>8</sup>.

Ao analisarmos o documento identificamos que na “faixa de renda até R\$ 1.244,00, o

---

<sup>6</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 16.049, de 10 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados e dá outras providências. Brasília, dez. 2015. Disponível em: [www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-16049-10.12.2015.html](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-16049-10.12.2015.html) Acesso em: 18 dez. 2018.

<sup>7</sup> PREFEITURA DE SÃO PAULO. Decreto nº 57.086, de 24 de junho de 2016. Institui o Programa Ruas Abertas, nos termos da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 - Política Nacional de Mobilidade Urbana. São Paulo, jun. 2016.

<sup>8</sup> TIRABOSCHI, J. “Caminhar é o meio de transporte mais utilizado em São Paulo”, diz especialista. **Estadão: Sustentabilidade**, São Paulo, 18 out. 2017. Disponível em: [sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/caminhar-e-o-meio-de-transporte-mais-utilizado-em-sao-paulo-diz-especialista,70002051516](http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/caminhar-e-o-meio-de-transporte-mais-utilizado-em-sao-paulo-diz-especialista,70002051516) Acesso em: 20 dez. 2018.

transporte coletivo é usado em 75% das viagens, percentual que cai sucessivamente nas demais faixas, atingindo apenas 24% na faixa de renda mais alta” (METRÔ; SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013, p. 15), tal qual viagens motorizadas (transporte coletivo ou individual) apresentam maiores índices em detrimento de transporte não-motorizado (bicicletas e a pé). Outro dado nos é curioso, segundo o mesmo documento “viagens a pé apresentaram duração média de 16 minutos em 2007, passando a 15 minutos em 2012” (Ibidem, p. 16) o que nos faz pensar: em qual bairro moram e trabalham os entrevistados? De qual *maioria* de paulistas falamos? De quem são as pernas que preferem caminhar?

Pensamos haver na fala de Sabino um erro de contextualização, ou a linha entre o que Rolnik disse sobre existir várias São Paulos e o delírio de inventar o que não existe se apresenta tênue. Corrijamos: o meio de transporte mais usado pela classe trabalhadora, dos excluídos dessa cidade (ROLNIK, 2004) é *de pé*. De pé no trem lotado, de pé no ônibus lotado, de pé às 5:00, de pé às 18:00, de pé na lotação, de pé na fila do transporte público em geral.

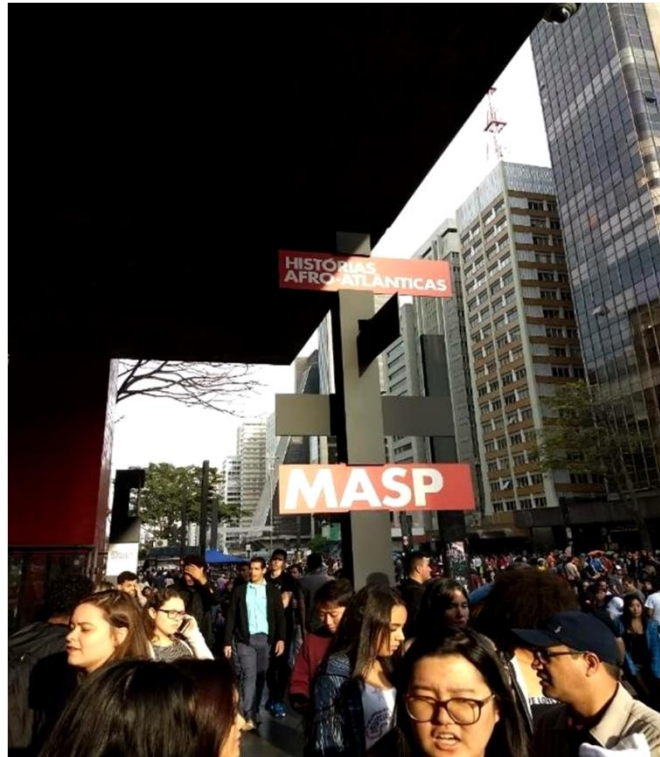
Acrescentamos as já referenciadas: desigualdades de renda, distância, precarização do transporte público, racismo, simbolismo da arquitetura da Paulista, desinformação e chegamos a uma questão fundamental: quando se fala de uma São Paulo *mais humana e solidária* é para quais humanos? A de nordestinos, negros e mulheres analfabetas jogadas às franjas urbanas, que se deslocam diariamente durante longos percursos para limpar e rebocar lugares que (talvez) nunca poderão morar? Ou a São Paulo da fluidez, de gente descolada nas roupas e, por vezes, da realidade? Como ignorar o fato da metrópole não fornecer meios materiais para todos acessarem suas benesses? Como anular o fato de que espaço tem uma história e produz uma história?

Tratar do direito à cidade é, sobretudo, compreender essa forma (cidade) em relação aos seus conteúdos (todos), em constante conflito. É pensar sua totalidade. É “convocar” a população a participar, não só àquela que leva o poodle para caminhar em Bela Vista, mas a que faz parte dos que comem com os cães. É ir no movimento contrário do processo histórico que afastou a classe trabalhadora dos centros de decisão, inviabilizando que ela habitasse a cidade, a percebesse e vivesse como obra (LEFEBVRE, 2001). O que se apresenta aqui são os primeiros dois elementos da dialética por nós proposta: a conquista do direito e a negação direcionada.

É inegável que a abertura da Avenida Paulista (foto 01) aos finais de semana para o uso da população e não mais dos carros é uma “conquista” importante. Conquista porque é fruto da luta de

coletivos e moradores; em aspas porque já cede às regulações do poder público, permanece atração turística e é marcada por mobilização limitada a um nicho.

**Foto 01 – Domingo de Paulista Aberta, Avenida Paulista**



Fonte: SANTOS, 2018.

Nesse sentido, pensamos ser a Paulista Aberta não uma plena apropriação do espaço, como proposta por Lefebvre (2013), mas um reapropriação, um desvio, por dois motivos: primeiro, a ausência da massa trabalhadora nas decisões e no uso desse espaço; segundo, por não modificar essencialmente o caráter da Avenida: circulação de informação, serviços, mercadorias e turismo, ou seja, a produção do espaço para fins monetários. O que nos coloca a questão: estamos diante de usuários (LEFEBVRE)? Se consideramos que usufruem do espaço submetidos às normas, sim. Mas isso não significa que sejam apenas isso, não cabe dualismos na discussão.

Nas palavras de Lefebvre (2013, p. 215): “desviación [...] no es en sí más que una reapropiación — no una creación — y sólo provisionalmente pone fin a la dominación”. Assomase a essa forma de uso do espaço o Estado agindo como regulador, formando parcerias e estabelecendo dias e horários para se viver a cidade. Como poderíamos considerar uma apropriação controlada – chancelada pela Prefeitura, sem prejuízo aos carros e deleite para os jornais, criação? Seria no mínimo uma contradição teórica.

Assim, entendendo que apropriar é ocupar em resistência e não se adaptar, que incluímos os Fluxos como a terceira parte da nossa base reflexiva: estratégia à negação. Significa dizer que os Fluxos são anarquismos? De forma alguma! Aqui também se põe a questão da ausência-presença do Estado, agora não no âmbito do investimento ou da falta de, mas da violência. Logo, assim como a Paulista Aberta, os Fluxos também são mediados, não pelo marketing turístico e pela aceitação, mas como nos relata o morador de Guaianases, pelas bombas, cassetetes e estigmas:

*Eles invadem, as polícias. Tem pessoas que é até pisoteada e quando eles chegam eles já chegam arregaçando não tá nem vendo, eles não quer saber. Pode tá você indo pra trabalhar de madrugada eles metem porrada em você e você nem tava no baile. Eles saem descontando em todo mundo, entendeu? Quem tiver na rua. Não importa se você é trabalhadora se você é isso se você é aquilo eles metem porrada, eles não tá nem vendo. Agora num bairro chique, nobre não acontece isso. Porque lá na Paulista, na Augusta, quando eu ia tem sim baile de rua na Augusta. Eu ia e sabe o que acontecia? Não acontecia nada. As polícias só passava no meio do baile lá e não acontecia nada e era o mesmo movimento, rolava droga sim, porque rola em todo lugar. Aqui rola droga, lá também rola. É a mesma coisa. Só que lá eles não agridem ninguém, eu nunca vi. (G. S.).*

Os Fluxos, marcados pelo Facebook e frequentado por jovens das periferias paulistanas em qualquer dia da semana é, segundo os entrevistados, uma resposta à escassez de espaços públicos em seus bairros, associado aos impeditivos urbanos, políticos, psicológicos e simbólicos que sitiam a população periférica, os corpos negros-periféricos, em seus limites territoriais. Tal movimento recheia as páginas dos jornais, que “denunciam” a perturbação à paz do trabalhador, a promiscuidade e devassidão, financiada pelo tráfico, pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) e, no extremo da loucura, pelos Direitos Humanos para humanos não direitos (PEDRO, 2017).

Discurso nada incomum. Mesmo na arte as concepções acerca do espaço do pobre, sobretudo, do negro foram contaminadas de estigmas. Pensemos à literatura: Macunaíma de Mário de Andrade, não só trouxe a imagem do negro como feio, sujo e cheio de degradações morais (promiscuidade, malandragem, alcoolismo), como no percurso do enredo embranqueceu seu protagonista (Macunaíma) antes deste ingressar na São Paulo das máquinas e grandes edifícios. Simbólica passagem do rural ao urbano, junto a passagem do negro ao branco, carrega o projeto dominante fundamentado na inferência de que não cabia o negro, seja o ex-escravo ou seus descendentes, na sociedade de classes que se formava pós-abolição (FERNANDES, 2008).

Desde a abolição formal a elite e os governos tiveram por preocupação a manutenção dos grilhões simbólicos à população negra. A industrialização de São Paulo é, também, marcada pelos pilares de sociedade moderna, elaborada pelos intelectuais da época: racionalização do espaço – na figura dos engenheiros e urbanistas – e higienização dos corpos e das mentes – na figura do médico e psicólogos/psiquiatras. Junto com os edifícios e fábricas, se levantou hospitais

psiquiátricos, casas de menores infratores e presídios (ROLNIK,1988), para dar jeito no imenso contingente de pobres e negros com os quais a elite não sabe lidar.

O movimento da história não cinde. Mesmo hoje, o projeto de fazer algo com essas camadas persiste: na exclusão generalizada da vida urbana, no extermínio sistemático dessa juventude pelas mãos da polícia nas favelas, na brutalidade contra adolescentes em rolezinhos no shopping e nos Fluxos, enfim, em todo espaço que não pede e não tem autorização para existir. E, de fato, o Fluxo (foto 02) não pede autorização para acontecer, mexe com o ir-e-vir, fecha as ruas sem aval e, mesmo sangrando, prossegue madrugada a dentro, semana-após-semana, mês-após-mês, se torna caso de polícia, mas também DNA da favela, identidade dos logradouros, ressignificação do uso do espaço público por sujeitos sem direito ao espaço público.

#### Foto 02 – Baile da Beira do Rio, Guaianases



Fonte: Página do Facebook Baile da Beira do Rio, 2019

Que o Fluxo e sua trilha sonora, o funk, tenha uma história de resistência e denúncia, nos parece evidente (ESSINGER, 2005). Mas é possível que pensemos esse uso como apropriação do espaço e não, também, como um desvio? Pensamos que sim. O Fluxo é feita essencialmente para o uso. O funk, a rua, a música tudo é criado por quem está lá, sem o fim primeiro do lucro, mesmo que gere renda para os sujeitos, que excluídos do mercado de trabalho, encontram alternativa nesses eventos (FORNACIARI, 2011). É realizado para a sociabilização, para o lazer, para o ócio, para



a conquista, para que os corpos, negros-periféricos e brancos-periféricos, transcendam as normas das calçadas e as viva.

Nesse sentido, não seria absurdo dizer que estamos diante de usuários (LEFEBVRE, 2013), sujeitos que interferem no espaço, o transformam. Esses corpos negros periféricos extrapolam a periferia concebida como bairro dormitório, cama da classe explorada, berço da criminalidade. Para eles, em sua vivência, a periferia se torna muito mais. E de fato o é.

Os Fluxos denunciam a falta, reelaboram a ausência, constituem espaços de representação (LEFEBVRE, 2013), de resistência e expressam no suor, nos cabelos descoloridos, nas danças e letras o afronte: nós não somos só massa trabalhadora, nós fazemos a nossa cultura, nos produzimos nossos espaços, nosso lazer, nossas identidades, não adianta nos esvaziar, a gente se enche de novo, e de novo, e de novo, até a cidade inteira explodir.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar no urbano é antes de mais nada pensar na industrialização, central e promotora da urbanização. Essa relação industrialização-urbanização promove uma racionalidade em escala mundial e conforma o mundo a uma imensa coleção de mercadorias, implicando na própria produção do espaço, que acaba por assumir a forma da mercadoria. A cidade-obra transmuta-se em cidade-produto. Nesse sentido, Lefebvre brindou-nos com uma teoria do espaço bastante rica.

Na esfera do Planejamento discutiu como a política estatal atua mediando a relação conflitiva entre iniciativa privada e população, por vezes, pendendo mais ao privado, sendo suporte para a reprodução do modo de produção capitalista. No âmbito do urbano, expôs a maneira que esse reúne e potencializa as contradições e as possibilidades de ruptura pondo, assim, o espaço público como vitrine dessas problemáticas e delegando a corporeidade dos sujeitos papel fundamental na transformação da sociedade urbana. Munido dessas reflexões, discute o direito à cidade como a possibilidade de restaurar o que foi sendo perdido pela urbanização, a saber: a potência da corporeidade, o vivido, a obra.

Encontramos em São Paulo a expressão desse urbano fragmentado, contraditório e potente, marcado pela perda da cidade como obra e pela sua passagem à produto. Assim, pensar a Paulista Aberta e os Fluxos, possibilitou-nos apreender alguns elementos das contraditoriedades desse urbano.

Fez-se evidente, no percurso da pesquisa, às disparidades entre Guaianases e a região correspondendo a Subprefeitura da Sé, em quesito de mobilidade urbana, acesso à cultura, ao ócio, aos direitos básicos, nos quais se inclui o direito à cidade e, de possibilidades de reconhecimento no espaço e na cultura institucionalizada. Tais disparidades são atravessadas por uma longa história de produção do espaço pautada na concentração de terras, especulação imobiliária e racismo, marcas da sociedade cafeeira, berço da moderna *sampa*.

Identificou-se na Avenida Paulista uma diversidade de aparatos culturais à disposição de seus moradores, áreas verdes e densa malha de transporte público. E que, condições gerais, como o próprio desenvolvimento urbano da cidade, a diferença dos serviços, dos aparelhos urbanos, de classe e cor, atrelado à dimensão subjetiva do reconhecimento, do preconceito, da autoestima, reflete uma cidade que não é para todos – mesmo na efetivação de programas como o Ruas Abertas que, por si só, não abrange integralmente e qualitativamente todas as Subprefeituras.

A Avenida Paulista e tudo que ela representa, mesmo em dias de ruas abertas, se fecha aos excluídos da cidade. Estar lá é se sentir *outsider*, inconveniente. É sobre não estar nas roupas e marcas certas, mas também sobre ser um corpo errado: um corpo negro-periférico. É ser sufocado pelos olhares mais do que pela vertiginosa visão de um ambiente higienizado repleto de mendigos espalhados pelo chão.

É se sentir cansado e pobre diante dos filtros distorcidos de uma elite e uma classe-média decadente, branca e amarrada numa alma senhorial. É caminhar em silêncio, com o corpo esmagado pelo mal-estar e pelo concreto-armado que requebra sua violência requintada e esbraveja pelos edifícios espelhados: quem deixou o povo entrar? E nesse jogo de espelhismos, o grito debochado de denúncia, entalado na garganta, emerge mesmo no silêncio: pois é, estar em cima do espigão não evita que eu suba, lide com isso!

Mesmo nessa gigantesca cidade, onde a vida parece, inevitavelmente, se esvaír pelos dedos, os Fluxos interrompem o concebido. Na “Zona Lost”<sup>9</sup>, nos confins da urbanidade, casa do índio exterminado sobre sua terra, depois do tijolo de terra que constrói o Centro, por fim, casa do pedreiro nordestino que constrói o Centro e da faxineira que o limpa, se faz alto e em bom som a batida da tomada do espaço público.

Talvez só a linha de ferro que arrasta a massa de assalariados e desempregados seja mais pulsante que o funk nas ruas. Enquanto a Paulista Aberta se faz simulacro de uma democracia

---

<sup>9</sup> Expressão utilizada por moradores da Zona Leste de São Paulo como alusão brincalhona à distância da região do centro da capital.

urbana, a juventude periférica performa e concretiza a utopia do corpo subvertendo a cidade. Se preciso me preocupar com meu cabelo, com meu tênis, com minha postura para ser “aceito” não há nada de encontro entre a diferença, há uma tentativa mais ou menos frustrada de homogeneização dos corpos, opressão simbólica e velada que chega na consciência do corpo estranho que se sente errático naquele espaço, que “não é” seu, que é descolado do resto da cidade, da realidade.

Mas na ZL não. Todo mundo pode ser baile de favela. Não importa se comprou o juliet na Shopping Itaquera, nas grifes do Jardins ou no camelô do Brás. Se fala alto ou é polido. O que importa é se encontrar com as pessoas e reencontrar a experiência da cidade como obra. Isso é claro para esses sujeitos? Quem sabe! Mas o que nos importa mais: as abstrações do ego acadêmico que anseia conformar a realidade aos conceitos ou o vivido, a prática cotidiana? Se a resposta for em direção às abstrações, então a questão que se coloca é ideológica: para que(m) serve a nossa Geografia?

Se, ao contrário, o caminho for a corporeidade, o sujeito em sua potência, as questões são ainda mais filosóficas: como retomar do concebido o vivido cooptado? O que fazer com o que emerge dos interstícios da contradição? Nós, mulheres e homens da ciência, tecnocratas com teorias mirabolantes? Sitiados em nossas paredes acadêmicas? Penso que não muito. Ele(nó)s, corpos negros-periféricos, a grande maioria da população, classe historicamente incumbida da mudança, ao se perceberem como sujeitos históricos, ao notarem que o prédio onde não podem entrar fora levantado pelas mãos de seu pai e o shopping que os espanca limpo por sua mãe, e porem abaixo o urbano negado? Revolução Urbana!

#### 4. REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, F.; ARAÚJO, H. E.; CODES, A. **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS: Cultura**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília, 2010. Disponível em: [www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/101117\\_sips\\_cultura.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/101117_sips_cultura.pdf) Acesso em: 20 dez. 2018.

BURGOS, R. Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial nas cidades de São Paulo e Sorocaba. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 12, n. 20, p. 105-140, 2015.

\_\_\_\_\_. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da**

**reciclagem no urbano periférico.** 2009. 357 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. de L. Henri Lefebvre e o movimento do que está em ação. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 7, 2000.

ESSINGER, Silvio. **Batidão: uma história do funk.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

FERNANDES, F A **integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era.** São Paulo: Globo, 2008.

GALINDO, E. **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS: mobilidade Urbana.** 2. ed. Análise preliminar dos dados coletados em 2011. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília, 2010. Disponível em: [www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120119\\_sips\\_mobilidadeurb\\_ana.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120119_sips_mobilidadeurb_ana.pdf) Acesso em: 20 dez.2018.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria dos Transportes Metropolitanos; METRÔ. **Pesquisa de mobilidade da região metropolitana de São Paulo – 2012.** Síntese das Informações

Pesquisa Domiciliar. São Paulo, 2013. Disponível em: [www.metro.sp.gov.br/metro/arquivos/mobilidade-2012/relatorio-sintese-pesquisa-mobilidade-2012.pdf](http://www.metro.sp.gov.br/metro/arquivos/mobilidade-2012/relatorio-sintese-pesquisa-mobilidade-2012.pdf) Acesso em: 19 ago. 2019.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones.** México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

\_\_\_\_\_. **La producción del espacio.** Madrid: Capitán Swing – (Colección Entrelineas), 2013.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

PEDRO, T. É o fluxo: “baile de favela” e funk em São Paulo. **PROA – Revista de Antropologia e Arte**, Campinas, n. 7, v. 2, p. 115 – 135, jul./dez., 2017.

ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço é político. In: KOWARICK, L. (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade.** São Paulo: Paz e Terra/UNRISD, 1988.

\_\_\_\_\_. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada.** São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

\_\_\_\_\_. São Paulo, 450 anos. **Colóquio São Paulo 450 anos.** São Paulo, 2004.

SCHIMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.